

A formação do Estado Nacional e a questão racial: povos indígenas do Pampa argentino no século XIX*

Ana Carrollina Gutierrez Pompeu
Universidade de Brasília (UNB)
anagpompeu@gmail.com

Aos intelectuais da Argentina na segunda metade do século XIX coube a função de pensar e refletir acerca dos elementos necessários à construção de uma nacionalidade para o país. Esses intelectuais moldaram a nacionalidade argentina ao opor aquilo que consideravam “barbárie indígena” à almejada “civilização europeia”, montando o único projeto de progresso possível. Termos como “civilização”, “barbárie” e “progresso” foram frequentemente utilizados nesse período para organizar a realidade presente e planejar a futura, colocando as sociedades indígenas do Pampa argentino como entraves a um projeto nacional “civilizado”. Tendo por base teorias racistas que defendiam a imigração e o embranquecimento da população, foram legitimadas ações militares contra os índios que terminaram com a ampliação do território argentino como resultado do progressivo desaparecimento das áreas de autonomia indígena. Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo analisar o impacto do componente racial na formação do Estado Nacional argentino, com a observação dos discursos e ações contra as sociedades originárias desse país.

Geração de 1837

Apesar de sua independência em 1816, o Estado nacional argentino apenas se consolidou na década de 1870. Antes disso, uma série de eventos políticos deu instabilidade ao país no pós-independência, principalmente as disputas de poder entre Buenos Aires e as demais províncias.¹ Juan Manuel de Rosas ficou a frente de Buenos Aires, a província mais rica devido aos recursos de sua aduana e da comercialização de charque. No entanto, a disputa pela distribuição desses recursos gerou um clima político instável, ocasionando conflitos armados ao fim da primeira metade do século XIX. No ano de 1859, o exército de Rosas foi derrotado pela Confederação Argentina comandada por Urquiza na batalha de *Cépeda*, dividindo o

país em dois centros políticos. A instabilidade econômica, elevada pela manutenção dos recursos da aduana apenas para Buenos Aires e a incapacidade de conciliação política, levaram a uma nova batalha em 1861, *Pavón*, terminando com a vitória dos exércitos portenhos e dando início à organização nacional com a capital em Buenos Aires.²

Durante o governo Rosas, a ausência de um projeto de organização nacional motivou jovens intelectuais a refletirem sobre propostas políticas para o país, tendo por base a crítica ao governo de Rosas. Esse grupo de intelectuais começou a escrever sobre alternativas políticas para o país, propondo soluções como o povoamento pela imigração e maneiras de difundir a “civilização”, principalmente para as províncias do interior e para o sul, nos locais de soberania indígena. Chamados de “Geração de 37”, incorporaram em seus discursos ideias iluministas, liberais e republicanas, sendo que muitos deles posteriormente se tornaram representantes do governo ou escritores na Argentina do século XIX. Entre eles estão Estebán Echeverría, Domingo F. Sarmiento, Juan B. Alberdi, Juan Maria Gutiérrez, José Hernandez, entre outros.³

Em termos gerais, lançaram um projeto modernizador em que essa modernidade estaria associada aos benefícios materiais da sociedade “civilizada”, além da adoção da cultura europeia. Em oposição, estaria a barbárie das terras americanas, de seu povo e cultura. Atingir um padrão de modernização significava promover uma mudança não apenas tecnológica, mas também cultural e populacional.⁴

Muitos textos da Geração de 37 podem ser utilizados, mas iremos concentrar a análise em *Facundo ou civilização e barbárie* (1845) de Sarmiento, e *Bases e pontos de partida para a organização política da República Argentina* (1852) de Alberdi. O caráter modernizador do projeto de nação contido nesses dois textos os conectam a um ponto em comum: o entendimento do progresso, ou seja, do desenvolvimento progressivo da sociedade e a melhoria das condições naturais, dentro do entendimento da história como um movimento teleológico.⁵ Na prática, esse raciocínio se resume ao combate aos elementos de barbárie para que esses sejam substituídos pelos elementos de civilização. Uma das consequências desse pensamento foi a associação dos índios do Pampa como bárbaros, legitimando processos de exclusão e extermínio ocorridos durante a segunda metade do século XIX.

La única subdivisión que admite el hombre americano español es en hombre del litoral y hombre de tierra adentro o mediterráneo. Esta división es real y profunda. El primero es fruto de la acción civilizadora de la Europa de este siglo, que se ejerce por el comercio y por la inmigración en los pueblos de la costa. El otro es obra de la Europa del siglo XVI, de la Europa del tiempo de la conquista, que se conserva intacto como en un recipiente, en los pueblos interiores de nuestro continente, donde lo colocó España, con el objeto de que se conservase así.⁶

O homem do litoral – ou seja, de Buenos Aires, que já teve contato com a Europa do século XIX – já havia adquirido características de civilização em sua sociedade. Como antítese, estava o homem do interior, cujo contato com a Europa derivou do colonizador espanhol do século XVI. Com o projeto modernizador, Alberdi oferecia como solução às províncias atrasadas do interior o contato com o homem civilizado do século XIX por meio da imigração de europeus, que trariam consigo sua cultura. Trazer as populações europeias para as terras americanas era um dos meios de acelerar o progresso, o que fez Alberdi planificar um projeto de imigração por considerar essa a base para o desenvolvimento de valores ou “práticas” da civilização:

¿Cómo, en qué forma vendrá en lo futuro el espíritu vivificante de la civilización europea a nuestro suelo? Como vino en todas épocas: Europa nos traerá su espíritu nuevo, sus hábitos de industria, sus *prácticas de civilización*, en las inmigraciones que nos envíe.⁷

Para Alberdi, a solução para a barbárie estaria na imigração. No entanto, nem todo europeu serviria ao projeto de civilização, conforme o trecho:

todo lo que es civilizado es europeo, al menos de origen, pero no todo lo europeo es civilizado; y se concibe perfectamente la hipótesis de un país nuevo poblado con europeos más ignorantes en industria y libertad que las hordas de la Pampa o del Chaco.⁸

A imigração de certos lugares da Europa, especialmente da Inglaterra e de países do norte da Europa, era a eleita por Alberdi, já que ele identificava elementos de barbárie na herança colonial espanhola e buscava referências nos países industrializados onde o progresso já estava consolidado.

A introdução de imigrantes por políticas do governo serviriam para educar a população local como “sementes de civilização”⁹, onde o *gaucho*, o índio e o espanhol (considerado “menos civilizado” que outras populações europeias) aprenderiam a cultura de trabalho dos campos e indústrias do velho continente, conforme

exemplificado no trecho abaixo: “¿Queremos plantar y aclimatar en América la libertad inglesa, la cultura francesa, la laboriosidad del hombre de Europa y de Estados Unidos? Traigamos pedazos vivos de ellas en las costumbres de sus habitantes y radiquémoslas aquí.”¹⁰ E ainda: “(...) Os diré que invertís *el verdadero método de progreso*. No tendréis orden ni educación popular, sino por el influjo de masas introducidas con hábitos arraigados de ese orden y buena educación.”¹¹

Ainda, de acordo com Alberdi em *Bases y puntos de partida*: “en América todo lo que no es europeo es bárbaro: no hay más división que ésta: el indígena, es decir, el salvaje; el europeo, es decir, nosotros, los que hemos nacido en América y hablamos español.”¹² Bárbaro e civilizado representavam uma dicotomia entre o que era oriundo da América, o indígena ou bárbaro, e o que era Europeu, ou civilizado. Percebe-se uma categorização racial dentro dessa oposição, onde a raça não era entendida apenas como uma distinção física, mas também cultural, já que marcava a expressão de uma cultura mais ou menos civilizada.¹³

Las razas americanas viven en la ociosidad y se muestran incapaces, aun por medio de la compulsión, para dedicarse a un trabajo duro y seguido. Esto sugirió la idea de introducir los negros en América, que tan fatales resultados ha producido. Pero no se ha mostrado mejor dotada de acción la raza española cuando se ha visto en los desiertos americanos abandonada a sus propios instintos.¹⁴

Nesse trecho de *Facundo*, Sarmiento pontuou três diferentes raças: a americana ou indígena, a europeia e a negra, mostrando que essas classificações de fenótipos também refletiam em diferenciações na relação com o trabalho, que, de certa forma, tratavam-se também de implicações culturais. Cabe ressaltar que as diferenças raciais são construções sociais de caráter fluído, com o objetivo de produzir desigualdades e hierarquias dentro de uma sociedade e, assim, definir quem são os atores sociais mais aptos a integrar esse sistema.¹⁵ No caso estudado, a raça branca era construída em detrimento das raças negra e indígena, no sentido de marcar sua pretensa superioridade e de definir a Argentina como uma nação branca. Na visão de intelectuais como Sarmiento, essa raça atendia aos paradigmas de civilização e de modernidade.

Como aqui a ideia de raça é ampliada para abranger um componente cultural, também podemos utilizar “etnicidade” como um termo aplicável às barreiras sociais criadas dentro das interações entre grupos humanos, tendo por referência as

distinções fenotípicas, mas não completamente dependentes dela.¹⁶ O que significa que, dentro de um contexto de elaboração de um projeto nacional onde é necessário fixar parâmetros de identidade, o componente racial também é associado a características culturais que determinam os grupos como “civilizados” ou “bárbaros”, podendo também o “bárbaro” civilizar-se pela miscigenação ou educação, conforme as propostas de Sarmiento e Alberdi. Bárbaro ou civilizado eram conceitos utilizados, portanto, para classificar as raças ao relacioná-las a um ou a outro conceito, e que apesar de se tratarem de classificações impostas pela elite política e intelectual argentina, tiveram consequências reais na sobrevivência das sociedades indígenas.

Barbárie, civilização e progresso

‘Civilização’ e ‘barbárie’ estavam associadas a componentes raciais, no caso, os indígenas e os europeus. A relação desses conceitos com uma perspectiva de progresso colocava a necessidade de transformar a barbárie em civilização. Essa visão etnocêntrica e eurocêntrica dominou os projetos de nação na América Latina no final do século XIX. O projeto político modernizador visava facilitar ou acelerar o progresso das terras americanas em uma visão de mundo em que a civilização só seria possível dentro de determinados parâmetros culturais. Dessa forma, a expectativa de futuro¹⁷ do Estado nacional na Argentina era tornar-se moderno e civilizado e, para isso, seria necessário realizar ajustes estruturais, o que envolvia criar diferenciações para excluir aquelas populações que não eram consideradas aptas a pertencer ao conjunto da nacionalidade argentina.¹⁸

Dentro desse processo de diferenciação ou de racialização¹⁹, as sociedades indígenas foram cada vez mais tomadas como bárbaras e assim, colocadas como entraves à construção de uma ordem social civilizada. Ao buscar os elementos para compor a nacionalidade argentina, foram construídas homogeneidades e também heterogeneidades em que os indígenas foram colocados como “outros” internos, utilizando raça e etnia como componentes de exclusão das sociedades autóctones.²⁰

Tanto para Alberdi, em *Bases*, quanto para Sarmiento, em *Facundo*, a sociedade indígena e a *criolla* eram antagônicas. O eurocentrismo presente nesses discursos colocava o progresso como uma condição que deveria ser trazida de fora, uma vez que os elementos tipicamente americanos eram opostos ao progresso:

(...) Es que el resultará de la descripción de las grandiosas escenas naturales y, sobre todo, *de la lucha entre la civilización europea y la barbarie indígena*, entre la inteligencia y la materia; lucha imponente en América y que da lugar a escenas tan peculiares, tan características y tan fuera del círculo de ideas en que se ha educado del espíritu europeo.²¹

Cabe acrescentar que esses discursos, tão comuns nos projetos políticos e em textos literários desde a geração de 1837, não refletiam a realidade concreta e possuíam intenções políticas bem definidas, devendo ser situados dentro de seu contexto. A utilização desse vocabulário nos textos analisados possuía, portanto, uma intenção política bem definida dentro do objetivo de dar forma ao Estado nacional na Argentina, não representando necessariamente a realidade, mas formas de interpretar e organizar esse momento político.²²

Estudos mais recentes apontam que essa repulsão entre a “barbárie indígena” e a “civilização europeia” não existia nas chamadas “zonas de fronteira”.²³ Esse termo é utilizado para descrever as zonas de fortes militares onde marcavam a separação entre as áreas indígenas e *criollas* e, ao mesmo tempo, ocorriam constantes interações que caracterizavam as fronteiras mais como uma sociedade mestiça do que uma antagônica. Ambas as sociedades interagiam nesse espaço em que o objetivo inicial era o de produzir diferenças e consolidar a colonização espanhola ou a resistência indígena, mas que, pelas interações, foram criados novos elementos culturais híbridos, diferentes de suas culturas de origem.²⁴

No entanto, a fronteira ilustrada por Sarmiento e Alberdi era a marca de duas culturas incompatíveis. O aspecto da luta e da oposição foi constantemente reiterado por Sarmiento. O que era bárbaro e atrasado estava sintetizado nos indígenas e em suas instituições:

pero aquella fuerza bárbara estaba diseminada por toda la República, dividida en provincias, cacicazgos; necesitábase de una mano poderosa para fundirla y presentarla en un todo homogéneo.²⁵

Dentro do projeto político subjacente ao texto de Sarmiento estava a necessidade de construir uma diferença (entre índios e europeus, por exemplo), para então produzir uma homogeneização na esfera da nação que, por sua vez, permitisse apenas a inclusão de indivíduos que se adaptassem a cultura civilizada. A civilização, portanto, era parte de um projeto de construção da Nação que englobava seus

habitantes, que deveriam estar inseridos na cultura civilizada para que a nação alcançasse seu progresso.

Hay que esperar también que los hombres políticos argentinos, aleccionados por la experiencia y conscientes de todas las responsabilidades que les impone esta noble misión de su patria en la *obra de regeneración de la raza* y de resurgimiento, de la América del Sur, sabrán hacer del gobierno constitucional una verdad, conteniendo o desarraigando la tendencia al poder personal, que es la *funesta herencia de la tradición indígena*.²⁶

Transformar a sociedade e fazê-la progredir significava promover uma “regeneração racial”, conforme o trecho acima, uma vez que os problemas do país eram associados à raça de seus habitantes, relacionados ao pouco trabalho e ao cultivo de hábitos não correspondentes ao progresso. A modificação do país deveria ser uma modificação de sua população. Tratava-se de povoar os espaços não habitados ou habitados por índios, os desertos, com uma população específica da Europa, diferente dos povos ibéricos que mantiveram a situação de barbárie:

Con tres millones de indígenas, cristianos y católicos, no realizaríais la república ciertamente. No la realizaríais tampoco con cuatro millones de españoles peninsulares, porque el español puro es incapaz de realizarla allá o acá. Si hemos de componer nuestra población para nuestro sistema de gobierno, si ha de sernos más posible hacer la población para el sistema proclamado que el sistema para la población, es necesario fomentar en nuestro suelo la población anglo-sajona. Ella está identificada con el vapor, el comercio y la libertad, y no será imposible radicar estas cosas entre nosotros sin la cooperación activa de esa *raza de progreso y de civilización*.²⁷

O progresso e a civilização tinham, portanto, um componente racial bem determinado. Algumas raças, por suas características culturais, estariam associadas ao progresso, enquanto outras eram incompatíveis aos valores da civilização e associadas à barbárie. A transformação da última se daria pelo convívio com populações consideradas civilizadas, além dos projetos de extermínio das populações nativas perpetrados pelo governo e legitimados por esses discursos. Nesse mesmo sentido, Sarmiento colocou: “porque el saber es riqueza y un pueblo que vegeta en la ignorancia es pobre y bárbaro, como lo son los de costa de África e los salvajes de nuestras pampas.”²⁸

O par conceitual ‘civilização’ e ‘barbárie’ esteve presente no momento de organização dos Estados nacionais latino-americanos, ajudando a escolher aquelas populações que pertenceriam ou não a nacionalidade pretendida. Modelos de progresso foram eleitos a partir de um referencial europeu para “civilizar o pampa” e

promover o controle social das populações “bárbaras”.²⁹ No sentido de promover a unicidade e a organização do Estado, edificando o projeto modernizador, essas nações construíram sua identidade juntamente com distinções raciais que excluía ou incluía determinados grupos com base em argumentos políticos, econômicos e até científicos.³⁰

Por meio da interpretação e da adaptação de correntes científicas europeias, imperavam os discursos sobre o embranquecimento ou o melhoramento das raças como elemento para acelerar o movimento histórico rumo ao progresso desses países.³¹ A educação seria um vetor para essa mudança, mas o conflito direto com as populações do Pampa também era considerado uma via para o “melhoramento” da população, juntamente com a imigração.³²

Essas ideias não eram meramente importadas do cenário europeu, mas também interpretadas e acomodadas à realidade local. As ideias científicas sobre raça foram utilizadas para resignificar a modernidade e o progresso, colocando a raça branca e europeia como necessária ao projeto modernizador da nação.³³ Dessa forma, a construção de distinções raciais serviram de argumento para o projeto de nação das elites *criollas*, no qual a definição da Argentina como uma sociedade branca implicou em medidas excludentes, mas que tinha em vista moldar uma representação de identidade.³⁴ Assistiu-se na América Latina do século XIX uma interpretação de teorias sobre o sistema de classificação dos grupos humanos e a influência do meio ambiente, gerando um racismo com base científica que persistiu por décadas (e que possui consequências na atualidade) e identificou o ambiente americano como ‘bárbaro’, enquanto o Europeu (além das áreas não indígenas e industriais dos Estados Unidos) seria qualificado como ‘civilizado’.³⁵

Dentro desse contexto intelectual, o pensar sobre os elementos de nacionalidade do Estado mais a necessidade desse Estado de se associar a um território, colocava a inserção das áreas indígenas do Pampa e da Patagônia (e também do Chaco ao norte) como necessidades da consolidação do Estado Nacional.³⁶ No entanto, ao colocá-los como bárbaros, os índios tornaram-se entraves ao processo de modernização, sendo construídos como inimigos internos, ignorando-se as situações de convivência pacífica ou miscigenação existentes previamente na região de fronteira.

A construção da nacionalidade estaria relacionada tanto a essa expansão territorial que definiria os limites internacionais do Estado, quanto às questões de identidade de seus habitantes que, dentro do projeto modernizador, deveriam assumir os elementos culturais da civilização. No fragmento abaixo, as identidades de “americano”, “indígena” e “europeu” são colocadas para representar a diferença cultural entre indígenas e *criollos*, que eram considerados europeus pelos índios, marcando a diferenciação e o etnocentrismo na sociedade que se pretendia transformar:

Nosotros, los que nos llamamos americanos, no somos otra cosa que europeos nacidos en América. Cráneo, sangre, color, todo es de fuera. El indígena nos hace justicia; nos llama españoles hasta el día. No conozco persona distinguida de nuestra sociedad que lleve apellido pehuenche o araucano. El idioma que hablamos es de Europa.³⁷

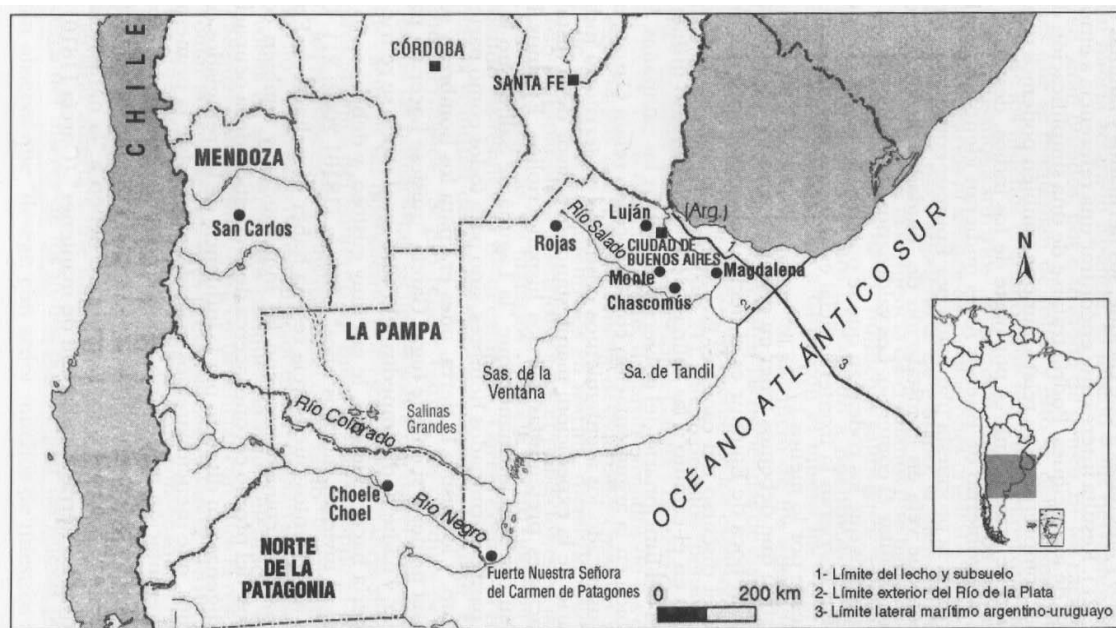
Tendo em vista a oposição entre civilização e barbárie e suas respectivas associações, pode-se inferir que o Estado-nação almejado na Argentina também representou a aplicação de um projeto racial, reiterando que o conceito de raça aqui empregado busca abranger aspectos culturais e sociais.³⁸ A identificação da barbárie com os indígenas (e com *gaúchos*, negros, asiáticos e alguns europeus) e da civilização com as diversas nações europeias e os Estados Unidos atribuiu um caráter racial ao discurso político dessas elites.

Os vínculos culturais, linguísticos e históricos compartilhados pela população, os quais correspondem à projeção de uma nacionalidade, foram criados a partir de diferenciações raciais que, por sua vez, são sistemas de representação produtores de diferenças em constante negociação dentro do contexto histórico que se inserem.³⁹ Essas distinções raciais também corresponderam a diferenciações entre culturas. Ao colocá-las dentro de um parâmetro teleológico, o elemento indígena foi excluído do projeto modernizador por ser considerado fora do progresso que a “civilização europeia” poderia alcançar.

Campanha do deserto

A partir da década de 1870, todas essas ideias tiveram repercussões concretas. Com um ambiente político interno e externo favorável, a questão das fronteiras tornou-

se uma prioridade do governo argentino. O Ministério da Guerra e Marinha foi encarregado de promover ações militares na zona de fronteira, a fim de realizar a ocupação definitiva das áreas indígenas e estender o território, inicialmente, até o rio Negro no início da Patagônia argentina. Uma vez que os índios não faziam parte do projeto de modernização edificado pelas elites, houve uma legitimidade em combatê-los para apropriar-se de suas terras consideradas herdadas da colonização espanhola, nas quais só necessitavam da presença *criolla* para confirmar sua jurisdição. As relações de pacificidade e de miscigenação existentes no ambiente das fronteiras foram ignoradas e substituídas pelo discurso do “inimigo interno”. Além disso, a materialização do Estado-nação implicou na determinação do território nacional e, com isso, nos processos de legitimar ou não grupos subordinados a esse Estado, o que colocou as sociedades indígenas como outros internos, deslegitimando-as de seu próprio espaço.⁴⁰



Mapa da área estudada: regiões de povoação indígena no Pampa e norte da Patagônia.⁴¹

Durante a presidência de Nicolás Avellaneda (1874-1880), o ministro Adolfo Alsina deu início às operações militares nas fronteiras internas com o objetivo de desestabilizar os principais caciques e fazê-los recuar para além das proximidades de Buenos Aires. O ministro também buscou reduzir as entradas de índios nas estâncias de criação de gado, já que os índios utilizavam esses animais para comércio e subsistência desde o século XVIII e sua presença nos pastos do Pampa havia desaparecido a partir da intensificação da exploração desses animais pelos *criollos*.⁴²

A pressão dos fazendeiros por segurança levou Alsina a construir uma barreira na linha de fronteira para impedir que os índios entrassem ou saíssem com os animais capturados.

Esse projeto gerou críticas de setores que eram favoráveis à guerra direta com os índios, com o objetivo de expulsá-los para além do rio Negro. Com a morte de Alsina em 1877, o militar Julio Argentino Roca assumiu as operações dentro do Ministério de Guerra e Marinha colocando em ação outro modelo de operações, chamado à época de “guerra ofensiva”. Herdeiro intelectual dos discursos de Sarmiento e Alberdi, Roca considerava que a eliminação dos índios do Pampa permitiria ao país alcançar o progresso almejado desde os escritores da década de 1830. Construídos sobre os estereótipos de bárbaros e selvagens, os índios eram colocados como inimigos do Estado, motivando ações que deveriam transformar o que era considerado atraso em progresso.

La más grande recompensa de todo cuando se ha podido *hacer en la Guerra del desierto para el progreso* y engrandecimiento de nuestra patria la tenemos en lo que más selecto y distinguido de la sociedad de ese gran pueblo expresa en el telégrafo de vds., en las perspectivas que abre para el porvenir la desaparición del indio del radio de la Pampa y el ensanche del territorio. (...) Ahora toca á la actividad del trabajo pacífico poner en explotación el inmenso terreno asegurado por las armas.⁴³

A educação, a imigração, a integração pelo trabalho ou o extermínio dos mais rebeldes foram as alternativas escolhidas para acabar com os “desertos”, buscando preenché-los com civilização. Esse momento final de edificação do Estado argentino é chamado de “geração de 80” quando Roca, por meio de suas ações no ministério, deu início ao período em que o país consolidou suas fronteiras na Patagônia (no final da década de 1880), estabelecendo seus limites internacionais e encontrando condições favoráveis à exportação de produtos pecuários.⁴⁴

Levando em consideração esse ambiente intelectual, Roca colocou como argumento principal para se realizar a Campanha do Deserto – ou o conjunto de operações militares contra os índios do Pampa e da Patagônia – a edificação do progresso, pois, segundo ele, a desapareição do índio acarretaria na possibilidade de melhoria material pela exploração do terreno ou pela melhoria da segurança nas áreas onde já se criavam animais. Dessa forma, Roca reiterava os discursos etnocêntricos e justificava a expansão territorial com o argumento cultural do progresso. A

Campanha do Deserto foi, portanto, uma consequência do projeto modernizador existente desde a década de 1830. De acordo com Roca em discurso realizado no Congresso com o objetivo de angariar fundos para a realização da Campanha:

¿Podría vacilarse, con estos elementos y facilidades, en realizar hoy una operación que estuvieron dispuestos a llevar a cabo los virreyes, varios gobernadores patrios y el Congreso de 1867? Hasta nuestro propio decoro como pueblo viril, nos obliga a someter cuanto antes, por la razón o por la fuerza, a un puñado de salvajes que destruyen nuestra principal riqueza y nos impiden ocupar definitivamente, en nombre de la ley, del progreso y de nuestra propia seguridad, los territorios más ricos y fértiles de la república.⁴⁵

Como argumento favorável à realização da Campanha, Roca a colocava como continuação de políticas coloniais expansionistas, além de fazer referência à lei de 1867 que determinava que a fronteira fosse fixada no rio Negro e que somente nesse momento colocada em ação. Promover a segurança das fazendas do Pampa era um dos seus principais argumentos, já que a ocorrência dos *malones* (ataques promovidos nas pelos indígenas) em busca do gado gerava um entrave à expansão pecuária da região. Além disso, a consolidação territorial impediria possíveis demandas internacionais sobre o extenso território indígena que, dentro dessa ótica etnocêntrica, era considerado desocupado e passível de conquista por nações expansionistas europeias.

A finalização da Campanha do Deserto em 1879 e o avanço da fronteira até o rio Negro, no início da Patagônia, foram construídos tanto pela imprensa quanto pelos políticos favoráveis a Roca como um feito “épico” e conclusivo para um “problema” com as sociedades indígenas que teve origem no período colonial. Dentro da perspectiva da “civilização contra a barbárie”, as operações militares adquiriram legitimidade contra os índios do Pampa, construindo um ambiente intelectual em que as “soluções” violentas para a “questão indígena”⁴⁶ tornaram-se possíveis.

Podia ser observado um ambiente intelectual e transnacional onde essas respostas militares estavam inseridas em um contexto mais amplo, em que as raças eram vistas como elementos para modificar uma sociedade e fazê-la progredir. Esses inimigos internos foram privados de partilhar uma identidade nacional, ainda que as manifestações de suas culturas estivessem presentes na Argentina do século XIX, principalmente nas zonas de fronteira. No entanto, o projeto “vencedor” dos herdeiros da Geração de 1837 negou essas origens e continuidades, colocando as culturas

americanas como entraves à consolidação de um ambiente social civilizado. A “utopia civilizadora” fez da Campanha do Deserto um feito necessário ao progresso, ao mesmo tempo em que se afirmavam as capacidades desse novo Estado, marcando o fim de uma etapa de consolidação institucional.⁴⁷

Portanto, os discursos políticos dessa etapa de formação do Estado nacional na Argentina podem ser relacionados às ideias de “ficções fundacionais”, especialmente nos textos de Alberdi e Sarmiento, além de outros não mencionados, ou na construção de “comunidades imaginadas”⁴⁸, em que as noções de nação utilizadas no período tinham a finalidade de produzir identidades imaginadas, mesmo que não visualizadas na realidade desses locais.⁴⁹ O projeto modernizador *criollo* foi produzido a partir da reinterpretação de modelos políticos e culturais europeus, edificando as identidades nacionais sob esses referenciais, negando tradições culturais pré-existentes para promover modelos de “civilização” considerados propícios ao projeto em questão.⁵⁰

Conclusão

A Campanha do Deserto no Pampa argentino está inserida em um contexto político e transnacional em que padrões raciais e culturais eram levados em consideração na definição das identidades nacionais. A formação dos Estados Nacionais implicou na formulação de projetos de modernização das realidades latino-americanas, nos quais os elementos dessa nacionalidade foram pensados a partir da utopia da civilização. Assim, foram criadas diferenciações raciais com o intuito de apontar aqueles que pertenceriam ou não a esse novo conjunto de identidades. No caso dos índios do Pampa e da Patagônia, sua cultura e seu pertencimento ao país independente foram ignorados e substituídos pelos discursos favoráveis à destituição de suas terras e ao extermínio de suas populações. A imigração europeia e a instrução dos grupos indígenas que sobrevivessem às guerras eram apontadas como medidas civilizadoras e coerentes com o direcionamento do país ao progresso.

“Civilizar”, “povoar os desertos” e “conquistar o progresso” eram ideias que estavam nos discursos de fundação do Estado, produtores de comunidades inventadas por intelectuais e que não refletiam a realidade concreta desses momentos históricos, mas seus posicionamentos políticos e suas expectativas de futuro,

refletindo um ambiente político e intelectual em que esses discursos e essas projeções davam elementos de inteligibilidade a esse mundo em construção. A busca da modernidade e da civilização, permeada por discursos etnocêntricos em que só uma cultura era considerada apta a reproduzir os valores do chamado “progresso”, teve repercussões irreparáveis nas sociedades indígenas, que foram drasticamente reduzidas em prol de ideais de identidades homogêneas.

* Apresentação realizada com apoio e financiamento do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília e programa PROAP, CAPES. Aluna bolsista de doutorado do CNPQ.

¹ CEVA, Mariela; JAÚREGUI, Aníbal; STORTINI, Julio (Ed.). *Manual de Historia Social Argentina (1852-1976)*. Tomo I. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010, p. 11 – 15.

² SABATO, Hilda. *Historia de la Argentina (1852-1890)*. Buenos Aires: siglo veintiuno editores, 2012, p. 80-92.

³ TERNVASIO, Marcela. *Historia de la Argentina (1806-1852)*. Buenos Aires: siglo veintiuno editores, 2009, p. 236-238.

⁴ RICUPERO, Bernardo. As nações do romantismo argentino. In: PAMPLONA, Marco A.; MADER, Maria Elisa (Orgs.). *Revolução de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. Vol. I, São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 221. NORONHA DE SÁ, Maria Elisa. *Civilização e barbárie. A construção da ideia de nação: Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 11.

⁵ Para a definição de progresso, ver TAGUIEFF, Pierre-André. Le progressisme entre illusion et imposture. *Le Meilleur des Mondes*. Nº. 3, Groucho Marx Dessoel ed., Paris, 2007, p. 125.

⁶ ALBERDI, Juan Bautista. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina (1852)*. Disponível em: <http://www.hacer.org/pdf/Bases.pdf>, p. 85. Acesso em: 23 de janeiro de 2016.

⁷ Ibidem, p. 89. Grifos nossos.

⁸ Ibidem, p. 16.

⁹ Ibidem, p. 90.

¹⁰ Ibidem, p. 91.

¹¹ Ibidem, p. 91. Grifos nossos.

¹² Ibidem, p. 84.

¹³ NACUZZI, Lidia. *Identidades Impuestas*. Tehuelches, aucas y pampas en el norte de la Patagonia. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 1998, p. 164.

¹⁴ SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo*. 1ª edição, Buenos Aires: Eudeba, 2011, p. 39.

¹⁵ TELLES, Edward. *Pigmentocracies: ethnicity, race, and color in Latin America*. UNC Press, 2014, p. 18. HOLT, Thomas C.; WADE, Peter. *Race and Nation in modern Latin America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003, p. 12.

¹⁶ Ibidem, p. 30.

¹⁷ KOSELLECK, Reinhart. *The practice of conceptual history*. Timing history, spacing concepts. Stanford: Stanford University, 2002.

¹⁸ HOLT; WADE, 2003, p. 4.

¹⁹ Ibidem, p. 2.

²⁰ DEL RIO, Walter Mario. *Memorias de expropiación (872-1943)*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2005, p. 20.

²¹ SARMIENTO, 2011, p. 49. Grifos nossos.

²² NORONHA DE SÁ, 2012, p. 14.

²³ NACUZZI, Lidia. Los desertores de la expedición española a la costa patagónica de fines del siglo XVIII y la circulación de personas en los espacios de frontera. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2011 e PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: Travel, Writing and Tranculturation*. 2ª ed. New York: Routledge, 2008, p. 183, 184.

²⁴ NACUZZI, Lidia; LUCAIOLI, Carina P. *Fronteras: Espacios de Interacción en las tierras bajas del sur de América*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2010, p. 9.

²⁵ SARMIENTO, 2011, p. 128.

-
- ²⁶ ALBERDI, 1852, p. 29. Grifo nosso.
- ²⁷ Ibidem, p. 216. Grifos nossos.
- ²⁸ SARMIENTO, 2011, p. 264.
- ²⁹ RODRIGUES, Julia. *Civilizing Argentina: science, medicine and the modern state*. University of North Carolina Press: 2006, p. 13 e 15.
- ³⁰ STEPAN, Nancy Leys. *The Hour of Eugenics: race, gender and nation in Latin America*. Ithaca: Cornell University Press, 1991, p. 7.
- ³¹ HOLT; WADE, 2003, p. 6.
- ³² Ibidem, p. 5.
- ³³ STEPAN, 1991, p. 8.
- ³⁴ HOLT; WADE, 2003, p. 15.
- ³⁵ Ibidem, p. 13.
- ³⁶ DEL RIO, 2005, p. 20.
- ³⁷ ALBERDI, 1852, p. 82.
- ³⁸ NORONHA DE SÁ, 2012, p. 19.
- ³⁹ STEPAN, 1991, p. 13.
- ⁴⁰ DEL RIO, 2005, p. 19.
- ⁴¹ IRRUTIA, Maria Paula. El avance de la frontera. La visión indígena respecto de los blancos en Pampa y Patagonia en el siglo XIX. In: NACUZZI; LUCAIOLI, 2010, p. 209.
- ⁴² BARBA, Fernando Enrique. Crecimiento ganadero y ocupación de tierras públicas, causas de conflictividad en la frontera bonaerense. *Revista ANDES*, Universidad Nacional de Salta, Argentina, n.º 18, 2007, p. 4.
- ⁴³ “Boletín telegráfico” escrito por Roca desde Choele-Choel em 21 de Junho de 1879. Resposta a mensagens telegráficas recebidas no acampamento. Publicado no jornal *La Prensa*, 02 de julho de 1879. FJAR, leg. 177, sala VII, Archivo General de la Nación, Buenos Aires, Argentina. Grifos nossos.
- ⁴⁴ PRIVITELLIO, Luciano. Prólogo, In: DE TITTO, Ricardo J. *El Pensamiento de la Generación del 80*. Buenos Aires: Editorial El Ateneo, 2010, p. 15.
- ⁴⁵ Mensagem de Julio A. Roca ao Congresso Nacional, 14 de agosto de 1878, *apud* RAONE, Mario Juan. *Fortines del Desierto: Mojones de civilización*. Buenos Aires: Lito, 1969, p. 137.
- ⁴⁶ Conforme expressões da época, como pode ser visto na correspondência de Miguel Malarin, militar argentino, para Julio A. Roca: “Esta cuestión de Indios no es en América una cuestión especialmente de frontera, de desierto a conquista: es además y sobre todo un combate de raza a raza una lucha entre un pueblo conquistador y un pueblo semi-salvaje (...)” Miguel Malarin, Paris, 10/2/1879, Archivo General de la Nación.
- ⁴⁷ PRIVITELLIO, 2010, p. 18.
- ⁴⁸ ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflection on the origin and spread of nationalism*. London: Verso, 2010.
- ⁴⁹ SCHIMIDT-WELLE, Friedhelm (Ed.). *Ficciones y silencios fundacionales*. Literaturas y culturas poscoloniales en América Latina (siglo XIX). Vervuert: Iberoamerica, 2003, p. 11.
- ⁵⁰ Ibidem, p. 14.